



Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas

Ata

Reunião de 8 de novembro 2016

Aos oito dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, pelas onze horas e trintas minutos, reuniu o Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas, adiante designado CONCIIG, nas instalações do Alto Comissariado para as Migrações, adiante designado ACM, sitas na Rua Álvaro Coutinho n.º 14, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1) Apresentação da nova equipa do GACI – Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas-----
- 2) Atualização dos dados do Estudo Nacional sobre Comunidades Ciganas-----
- 3) Apresentação do Relatório de Atividades da ENICC 2015-----
- 4) Apresentação de atividade recente do GACI-----
- 5) Outros assuntos-----

Presidiu à reunião o Senhor Alto-Comissário para as Migrações, Dr. Pedro Calado, adiante designado Alto-Comissário, que nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, de 27 de março, preside ao CONCIIG. A secretariar o Alto-comissário esteve o Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas (GACI), composto por Sónia Costa, coordenadora, Berill Baranyai, Andreia Santos e Francisco Azul. ----- Estiveram presentes os membros do CONCIIG constantes da lista de presenças em anexo (Anexo 1).

A convite do Alto-Comissário, esteve ainda presente o professor Carlos Jorge Sousa, coordenador do OBCIG.-----

No âmbito do primeiro ponto ocorreu uma ronda de apresentações que teve como finalidade dar a conhecer os mais recentes membros do GACI e conselheiros do CONCIIG, uma vez que esta é a primeira reunião, após a Tomada de Posse que teve lugar a 05 de julho de 2016, para o triénio 2016-2018. -----

Relativamente ao ponto dois, o professor Carlos Jorge Sousa, Coordenador do OBCIG partilhou informação sobre a atualização dos dados do Estudo Nacional sobre Comunidades Ciganas, mencionando que este estudo promove um “retrato global” sobre as comunidades ciganas, tendo-se obtido um aprofundamento do trabalho anteriormente realizado.-----

Em relação ao modo como os dados foram obtidos, o Professor Carlos Jorge Sousa informou que foi aplicado um inquérito às autarquias para assim identificar de um modo



mais conciso o número de habitantes portugueses ciganos por município. Mais informou que todos os municípios responderam ao inquérito pela primeira vez.-----
Após a análise quantitativa, apurou-se que no total existem 37.089 (trinta e sete mil e oitenta e nove) pessoas ciganas em Portugal, o que corresponde a 0,4% da população Portuguesa. De acordo com os dados apurados pelo estudo junto das autarquias, foi revelado que as comunidades ciganas vivem maioritariamente no litoral e que os maiores aglomerados de pessoas ciganas se encontram no Norte e Sul do País.-----
Como ideias finais o Coordenador do CONCIG considerou muito importante discutir estes dados devido as limitações do estudo nomeadamente ao nível estatuto habitacional e da irrealidade dos números de pessoas ciganas que vivem em Portugal.-----
Na sequência da intervenção do Professor Carlos Jorge Sousa, o Sr. Alto-Comissário mencionou que este estudo será tornado público. -----
O conselheiro Almerindo Lima reforçou a dificuldade em se obter respostas oficiais, sendo muitas vezes desvirtuadas, uma vez que se contabiliza os ciganos que vivem em bairros sociais e acampamentos. Acrescentou ainda, que os dados locais alteram-se muito e as autarquias não têm possibilidade de fazer revisão. -----
Na opinião da Conselheira Alexandra Castro, os números de ciganos apresentados são das pessoas mais vulneráveis. A conselheira na sua intervenção refere que não ficou esclarecida em relação ao estatuto habitacional e pergunta em que o mesmo consistia. Para além disso, efetuou uma advertência, no sentido de que aquando da publicação destes dados se referisse as categorias da estrutura habitacional. A conselheira questionou ainda sobre o Estudo que o IHRU - *Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana* e em que situação é que se encontrava.-----
Pedi a palavra a representante do IHRU, a conselheira Maria da Graça Igreja que indicou que o Estudo já se encontrava disponível no site do instituto, convidando todas os presentes à sua consulta, bem como se mostrou disponível a efetuar a sua Apresentação na próxima reunião do CONCIG. -----
Mais referiu que, no domínio da atribuição de fogos do seu parque habitacional a agregados que não têm acesso por outras vias à habitação, o IHRU tem uma política de habitação não discriminatória, não promovendo a distinção com base na etnia, nacionalidade ou outra. Relembrou igualmente que compete às autarquias, em função da identificação das situações de precariedade habitacional seus territórios, promover os processos de realojamento.-----
A conselheira Ana Umbelino referiu que estes dados não demonstram uma visão global das comunidades ciganas portuguesas, com este estudo parece, à conselheira, que os municípios só facultaram dados sobre as pessoas mais vulneráveis, questionando sobre o modo como os municípios estão a responder perante a ENICC.-----



A conselheira mencionou a existência de comunidades intermunicipais que pode ser um exemplo para a criação de Planos Municipais para a Integração das Comunidades Ciganas. -----

No seguimento da intervenção dos conselheiros, o Sr. Alto-comissário mostrou recetividade na criação de Planos Municipais para a Integração das Comunidades Ciganas. -----

Após esta intervenção a conselheira Lina Varela observou a existência de constrangimentos na área da educação, uma vez que não existem dados fidedignos do número de alunos ciganos que frequentam a escola, deste modo a conselheira revelou que já foi enviado um ofício com uma proposta de questionário para a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), pedindo parecer prévio acerca do mesmo.-----

O Alto-comissário mostrou recetividade para reforçar este pedido, solicitando, para este efeito, que a Direção-Geral da Educação enviasse cópia do mesmo ao ACM.-----

A representante da Direção Geral de Saúde, a conselheira Miriam Gonzaga, demonstrou preocupação, uma vez que na sua opinião existe necessidade de aprofundar dados devido à inexistência de mapeamento e cruzamento dos mesmos nas várias áreas da ENICC. -----

O Sr. Alto-comissário informou que os dados atualizados ao Estudo, feitos pelo OBCIG, serão difundidos pelo Governo, Autarquias e População Geral. -----

Na sequência desta informação o conselheiro Piménio Teles questionou o Sr. Alto-comissário relativamente aos critérios que serão utilizados para avaliar os dados do estudo e futuramente que alterações serão introduzidas na revisão da ENICC.-----

O Sr. Alto-comissário referiu que uma possibilidade é a realização de inquéritos por lote, ou seja por consentimento informado.-----

A conselheira Filomena Espírito Santo sugere a ida ao terreno para contabilizar de forma direta a realidade dos números. -----

Ao que o Sr. Alto-Comissário prontamente refere que essa ideia tem altos constrangimentos financeiros, uma vez que uma abordagem nesse sentido implicaria um avultado investimento. -----

No âmbito do ponto três a coordenadora do GACI, Sónia Costa iniciou a apresentação da Execução da ENICC no ano de 2015, em anexo (Anexo 2). -----

Nesta intervenção a coordenadora do GACI referiu que nos anos 2013/2014 foram realizadas 138 atividades, sobretudo nos Eixos Transversal e da Saúde, através de atividades de sensibilização e/ou formação. Já no ano de 2015 observou-se um enorme aumento de atividades, a saber 520 atividades, e que incidiram sobretudo nos Eixos anteriormente referidos e relacionado com o aumento da implementação de projetos.----



A ENICC tem uma taxa de execução de 96.8%, sendo que o FAPE, a formação de mediadores, o estudo do IHRU e ações de formações na área da saúde são os responsáveis pelo exponencial aumento do número de atividades.-----

A intervenção do Sr. Alto-comissário refere que o ACM faz anualmente um relatório da ENICC e a conclusão a que se chega é que tudo parece estar a ser demasiado fácil, ou seja conseguem-se boas percentagens de execução, porém estas não são estruturais e sustentáveis apesar de se observar uma evolução.-----

Neste sentido foi dito pelo Alto-comissário que é necessário introduzir mais foco e recursos nos eixos mais importantes, nomeadamente no Emprego, Habitação e Saúde. Refere ainda que no âmbito da Estratégia 2020, não estão alocados fundo diretamente à integração das comunidades ciganas.-----

A conselheira Maria da Graça Igreja confirma a inexistência de uma linha de financiamento afeta à integração das comunidades ciganas no plano de ação do IHRU, sendo que a sua ação neste âmbito é acionada quando os municípios sinalizam necessidades ao nível da habitação, referindo, como exemplo, a intervenção de realojamento e reabilitação no município do Peso da Régua.-----

No seguimento desta avaliação, a conselheira Lina Varela sugeriu que se deveria alterar algumas das metas com a revisão da ENICC. -----

No mesmo sentido a conselheira Rosário Carneiro destacou o facto de ser necessário quantificar os recursos que a ENICC dispõe para posteriormente fazer-se a revisão da mesma. É importante que as instituições saibam o que querem e que indiquem isso, pois não vale a pena redigir de novo sem que se saiba o que se quer. -----

A conselheira Alexandra Castro refere que no âmbito da habitação, em 2008, o FEDER contemplava especificamente fundos para as áreas urbanas e rurais onde habitassem populações ciganas, mas que essa necessidade nunca foi assumida politicamente e que por isso, não foram acionados. Acrescenta que, na sua ótica, é necessário, através de um trabalho conjunto com todos os ministérios, minorar essas discrepâncias, ajudando também a consolidar a revisão da ENICC.-----

No seguimento da reunião, o Sr. Alto-comissário declarou que estão definidas para janeiro várias ações que pretendem oferecer uma visão mais clara sobre o que pretende ter com a ENICC. -----

O conselheiro Piménio Teles, na sua exposição, tentou perceber qual a área que melhor funcionava, tendo o Sr. Alto-comissário respondido ser a área da Saúde devido aos resultados apresentados desde da formação da ENICC.-----

A conselheira Miriam Gonzaga reforçou que o tópico da saúde está bem consolidado devido ao conhecimento que os técnicos têm acerca das especificidades destas populações.-----



Relativamente ao ponto quatro, a coordenadora do GACI indicou a atividade recente do gabinete, evidenciando as ações de terreno e junto das comunidades ciganas, tendo em conta situações menos favoráveis e que nos foram solicitadas, pela própria comunidade ou por outras entidades, tais como autarquias ou associações locais. -----

Primeiramente foi apresentada a situação que envolve a comunidade cigana de Campo Maior, neste sentido a autarquia daquela região pediu apoio ao GACI para desenvolver uma estratégia para avaliar em conjunto uma situação de realojamento levada a cabo pela autarquia. -----

De seguida, foi exposta a situação relativa a comunidade cigana de Moura que devido à existência de problemas entre a população cigana e não cigana daquele território, tendo o gabinete realizado uma visita ao terreno na qual procurou mediar a situação entre as partes envolvidas no processo.-----

No seguimento da intervenção da coordenadora do GACI, o Conselheiro Luís Pleno, representante da GNR, indicou que neste caso, da parte da GNR houve a tentativa de junto da autarquia alertar para o facto de que no local das alegadas manifestações de violência ocorria discriminação negativa em relação a comunidade cigana por parte das pessoas da sociedade maioritária. -----

O conselheiro Piménio Teles expressou que existe imensa discriminação negativa em todo o país em relação as comunidades ciganas, segundo este existem casos de abuso de autoridade por parte das pessoas que deviam assegurar as liberdades e as garantias dos cidadãos, em concreto pelas forças de segurança, pelo que o conselheiro acha que a resolução do conflito de Moura encontra-se na esfera política e na intervenção junto das populações. -----

O Sr. Alto-comissário mencionou que toda esta situação, que envolveu a morte de um cavalo, a destruição de casas, teve início num mal-entendido que poderia ser facilmente evitado, neste sentido expressa que deve ser realizado um trabalho de prevenção e de mediação por parte das autoridades de segurança e que as pessoas que se sentem lesadas devem apresentar queixa para que possa ser aberto um inquérito de modo a apurar responsáveis pelos atos cometidos. -----

O conselheiro Luís Pleno acrescentou ainda, que a GNR tentou sensibilizar o Ministério da Administração Interna (MAI) para esta situação.-----

A coordenadora do GACI reforçou a importância de se apresentar queixas neste tipo de situações para que se possam apurar responsabilidades. -----

Ao que a conselheira Rosário Carneiro, também reforçou que perante uma queixa formal é impossível as autoridades competentes não realizarem inquéritos. -----

O conselheiro Almerindo Lima acrescentou que onde existem comunidades ciganas há sempre um clima pesado entre as autoridades e estas comunidades ciganas, sendo que



na sua opinião é necessário haver mediadores e outras entidades competentes que assegurem que as leis não protejam os agressores. -----

O Sr. Alto-comissário reforça a importância das reuniões do CONCIIG, sendo um espaço privilegiado, pois este grupo é composto por pessoas que trabalham nos vários ministérios que colaboram na execução da ENICC. O mesmo refere que temos que ser críticos construtivos de modo a melhorar a integração das comunidades ciganas no nosso país. -----

A coordenadora do GACI, Sónia Costa, dá continuidade à atividade recente do GACI, referindo a questão da demolição das barracas de Almeirim e o caso da autarquia de Santarém que pediu apoio ao gabinete para desenvolver estratégias de integração das comunidades ciganas. -----

Relativamente ao caso de Almeirim, o Sr. Alto-comissário proferiu que ACM tomou conhecimento do sucedido através da denúncia realizada pelo Sr. Adérito Montes e que prontamente efetuou os contactos necessários com a autarquia no sentido de apurar o que se passava, tendo a autarquia respondido que as barracas demolidas diziam respeito aos indivíduos que tem habitação noutros locais. -----

Na continuação da atividade recente do GACI, o Sr. Alto-comissário referiu que o ACM celebrou protocolo com a AMEC – Associação de Mediadores Ciganos de Portugal e que tem realizado trabalho de mediação junto de várias populações ciganas, na pessoa do seu presidente, Prudêncio Canhoto, apelando, ainda que caso exista conhecimento de situações que possam ser abarcadas no âmbito deste protocolo que contactem o GACI para que o mesmo se acione. -----

Um outro tipo de apoio realizado, foi o Protocolo celebrado com a Associação Intercultural - Símbola Dinâmica e consistiu na realização do II Festival Intercultural de Elvas e que este ano contou com a participação do cantor cigano Nininho Vaz Maia e que foi um sucesso. -----

Foi ainda dito, pelo Sr. Alto-comissário, que está a ser implementado o Programa de Capacitação Mais Líderes Jovens Cigan@s, cujo objetivo é desenvolver a participação destes jovens na esfera cívica e política. Informou ainda, que o Programa decorrerá ao longo de 6 (seis) sessões, tendo um elevado número de participações femininas. No final será realizada uma viagem, em local a especificar. -----

Em relação aos projetos FAPE, o Sr. Alto-comissário informou que para o ano de 2016 o fundo contou com o financiamento de 100 mil euros, tendo sido submetidas 52 candidaturas e apoiados 21 projetos, entre os quais de 4 associações ciganas. Foram ainda referidos alguns projetos, tais como o “Não Engolimos Sapos”, o “Latchim Sastipen” e o “Hai Shala”, sendo que todos os projetos tiveram como objetivo aproximar a sociedade maioritária e as comunidades ciganas. -----



Um outro programa mencionado pelo Sr. Alto-comissário foi o OPRE no qual serão atribuídas 25 bolsas de estudo pelo ACM a jovens ciganos que ingressarão no ensino superior. Este programa resulta de uma parceria entre a associação Letras Nómadas e a REDE Portuguesa de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens. O valor monetário atribuído a cada participante será de 1.500,00 euros, sendo também disponibilizado aos participantes apoio através de mentores ao longo de todo o processo. -----

O Sr. Alto-comissário também fez referência às Sessões de Formação em desenvolvimento e criação de projetos e que irão decorrer em Lisboa e no Porto nos respetivos CNAIM. -----

Foi feita uma outra referência ao PO ISE que pretende através de fundos comunitários fomentar projetos com vista à promoção do emprego e da mediação por partes das pessoas ciganas. -----

Foi também referido que o GACI esteve em Bruxelas, na Comissão Europeia, na 10.^a reunião NRCP – National Roma Contact Points e em várias sessões com diversas autarquias e associações. -----

Em relação ao pedido feito pelo conselheiro Piménio Teles, por escrito, que pretendia saber o número de queixas realizadas por parte da comunidade cigana junto da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR), o Sr. Alto-comissário informou que em 2015, das 84 queixas apresentadas, cerca de 27% foram feitas por ciganos. Já no ano de 2016 a percentagem aumentou, uma vez que das 87 queixas registadas até 31 de outubro, cerca de metade foram feitas por pessoas ciganas. O aumento desde número deve-se sobretudo ao caso Quintino Aires. -----

O Sr. Alto-comissário, também a pedido do conselheiro Piménio Teles, enumerou quais as recomendações/críticas do Conselho da Europa dirigidas a Portugal. -----

O conselheiro Almerindo Lima referiu, de novo, o caso de Almeirim, acrescentando que as barracas destruídas eram de indivíduos que apenas tinham aquela habitação. -----

Por fim, o conselheiro Piménio Teles questionou, no âmbito da atuação do GACI, o propósito da visita à “Fundación Secretariado Gitano (Madrid), tendo sido informado pelo Sr. Alto-comissário de que se tratava de uma visita de reconhecimento e de observação das boas práticas relacionadas com a integração das comunidades ciganas em Espanha, tendo em conta a possível replicação em Portugal. -----

Lisboa, 8 de novembro de 2016. -----

